

PRODUTIVIDADE NOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOTA CONJUNTURAL · SETEMBRO DE 2015 · Nº 39



PANORAMA GERAL

Em linha com os cenários pessimistas traçados para 2015, a economia brasileira segue se deteriorando. Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 0,7%, de janeiro a março, e 1,9%, de abril a junho. De acordo com o Relatório de Mercado Focus, do Banco Central, publicação semanal em que são compiladas as projeções econômicas das principais instituições financeiras e de pesquisa, as previsões apontam para um decréscimo de 2,3% no PIB em 2015.

A retração da atividade econômica, que resulta em menor arrecadação tributária, e o novo patamar de juros (14,25%) contribuirão para agravar sensivelmente a situação fiscal do país, resultando no rebaixamento da nota de crédito brasileira pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P). Assim, o Brasil perdeu o seu grau de investimento e passou a ser classificado com grau especulativo, o que pode dificultar a obtenção de empréstimos e financiamentos, principalmente no exterior. Precisamos voltar a crescer, ou então teremos de cortar gastos em rubricas importantes ou aumentar ainda mais a carga tributária. Muita coisa há de ser feita e existem diferentes propostas na mesa. No entanto, uma delas parece ser consensual: a necessidade de aumentarmos a produtividade no Brasil.

Com o término do ciclo de expansão das exportações de produtos agropecuários e da indústria extrativa a preços elevados, a inexistência de grandes excedentes de mão de obra a serem incorporados pelo mercado de trabalho – como ocorreu na última década – e o fim do bônus demográfico¹, previsto para 2020, incrementos na produtividade se apresentam possivelmente como a única alternativa para viabilizar o crescimento econômico nos próximos anos. Afinal de contas, como diria Paul Krugman, economista norte-americano ganhador do prêmio Nobel: “Produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo. A capacidade de um país melhorar seu padrão de vida no longo prazo depende quase inteiramente de sua capacidade de aumentar a produção por trabalhador.”

De acordo com o Conference Board², a produtividade do trabalho³ no Brasil ficou basicamente parada entre 1980 e 2000, tendo voltado a crescer apenas recentemente, a um ritmo bastante

1. Quando a proporção de pessoas em idade ativa, aptas a trabalhar, é bem superior à de crianças e idosos.

2. Associação de negócios e pesquisa, global e independente, voltada para atender o interesse público.

3. Em economia, existem alguns conceitos de produtividade e diferentes formas de mensurá-los. Aqui, focaremos a produtividade do trabalho, ou seja, o quanto um trabalhador é capaz de produzir. O indicador mais utilizado para medi-la é a razão entre o valor adicionado (valor das mercadorias produzidas deduzido dos custos dos insumos, como matérias-primas, serviços e bens intermediários) e o número de ocupados.

lento, todavia. Para termos uma base de comparação: entre 123 países, somos o 77º nesse quesito (dados de 2015). Além disso, a produtividade do trabalho brasileira, que já se aproximou de 40% da norte-americana na década de 1970, corresponde, atualmente, a apenas 24% dela, como nos anos 1950. Isso significa que quatro trabalhadores brasileiros produzem o mesmo que um norte-americano.

Assim, a agenda da produtividade é atualíssima e de suma importância para que a economia brasileira possa superar o difícil momento por que está passando e crescer de forma sustentável. Nesse contexto, esta **Nota Conjuntural** se propõe a fazer um diagnóstico da produtividade setorial do trabalho nas micro e pequenas empresas (MPE) fluminenses.

Usaremos informações de 2004 a 2012 (último ano disponível) das Contas Regionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁴, ambas do IBGE, e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2013, do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Enquanto as duas primeiras fontes abrangem todos os estabelecimentos do país, a última contempla apenas os empreendimentos formais, o que pode acarretar algum viés nas estimativas. A análise por setores de atividade desconsidera a administração pública.

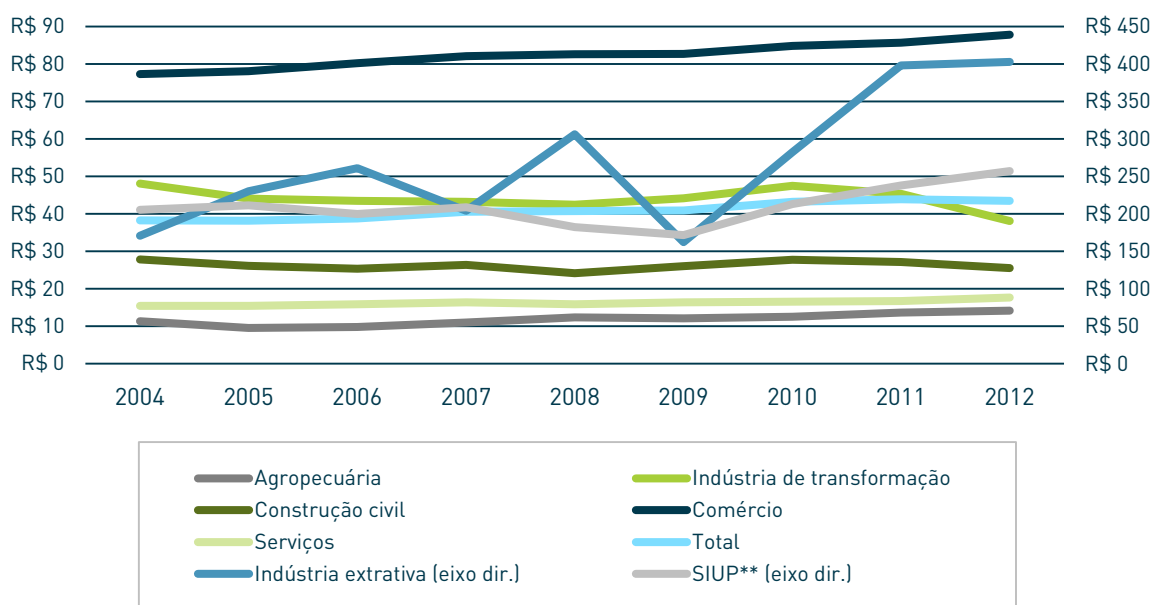
PRODUTIVIDADE SETORIAL DO TRABALHO NO BRASIL E NO ERJ

O Gráfico 1 mostra a evolução da produtividade do trabalho no Brasil entre 2004 e 2012, no total e por setor de atividade. O produto por trabalhador saiu de R\$ 38,2 mil para R\$ 43,5 mil, um aumento de 14%. A maior parte dos setores contribuiu para esse incremento, exceto a construção civil, que registrou queda de 8% na produtividade, e, principalmente, a indústria de transformação, cuja produtividade caiu 21% no período.

Destaca-se o crescimento da produtividade do trabalho na indústria extrativa, que foi de R\$ 170 mil, em 2004, para mais de R\$ 400 mil, em 2012, devido à grande elevação do valor adicionado no setor, provavelmente relacionada ao desempenho da extração de petróleo no período; já a queda observada em 2009 certamente está associada à crise econômica internacional. A produtividade também subiu razoavelmente (em torno de 25%) nos serviços industriais de utilidade pública (água, eletricidade e gás) e na agropecuária. Contudo, enquanto os primeiros chamam a atenção pela alta produtividade do trabalho, de cerca de R\$ 250 mil, o produto por trabalhador na segunda, assim como nos serviços e na construção civil, é de menos de R\$ 30 mil.

4. Extraímos da PNAD o número de ocupados. Não consideramos outros trabalhos além do principal, de modo que nosso indicador superestima ligeiramente a produtividade. Para 2010, quando a PNAD não foi a campo, utilizamos a média entre 2009 e 2011.

GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO* NO BRASIL (EM MILHARES DE R\$ DE 2012) FONTE: IETS com base nos dados do IBGE. NOTA: *Razão entre o valor adicionado a preços básicos (Contas Regionais/IBGE) e o número de ocupados (PNAD/IBGE). Utilizou-se o deflator do PIB. **Serviços industriais de utilidade pública.

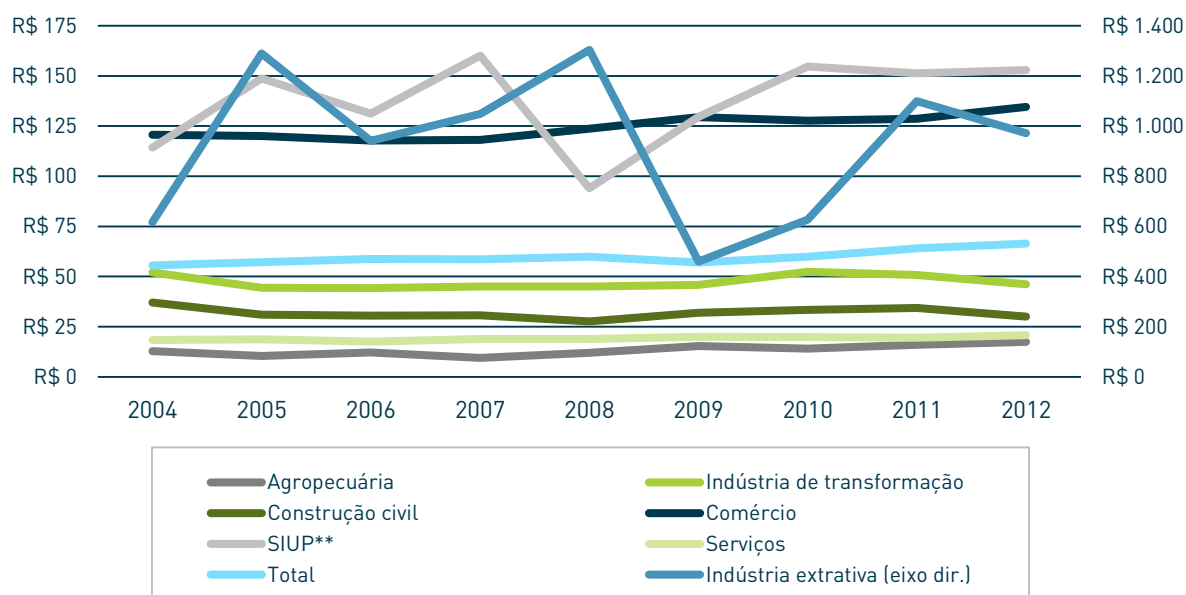


A análise para o Estado do Rio de Janeiro revela que a produtividade do trabalho fluminense supera a brasileira e teve maior crescimento no período. O produto por trabalhador no ERJ chegou a R\$ 66,4 mil em 2012, 20% a mais do que os R\$ 55,5 mil registrados em 2004 (Gráfico 2). Como no Brasil, no ERJ apenas a indústria de transformação e a construção civil tiveram queda na produtividade, de 11% e 19%, respectivamente. O fraco desempenho da construção civil no estado pode estar relacionado à grande absorção de mão de obra no setor.

Ademais, a indústria extrativa também teve participação relevante no crescimento do produto por trabalhador, embora em menor escala (elevação de 57% no período) do que no país; com efeito, nota-se que a produtividade do setor no estado é mais volátil, possivelmente por sua trajetória estar intimamente relacionada à evolução do preço do petróleo. A produtividade do trabalho na agropecuária e nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP), novamente, evoluiu de forma favorável e subiu cerca de 35%.

A comparação entre o nível de produtividade setorial no Estado do Rio de Janeiro nos leva a conclusões semelhantes às que se referem ao país. Entretanto, no ERJ, a produtividade de todos os setores – exceto SIUP, cujo produto por trabalhador no estado é 60% do verificado no Brasil – situa-se num patamar acima da nacional, algumas mais (notadamente, na indústria extrativa, mas também no comércio), algumas menos (na agropecuária e nos serviços, por exemplo).

GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO* NO ERJ (EM MILHARES DE R\$ DE 2012) FONTE: IETS com base nos dados do IBGE. NOTA: *Razão entre o valor adicionado a preços básicos (Contas Regionais/IBGE) e o número de ocupados (PNAD/IBGE). Utilizou-se o deflator do PIB. **Serviços industriais de utilidade pública.



A produtividade também varia consideravelmente entre os estados, como pode ser visto na Tabela 1. Com um valor adicionado alto e uma quantidade de ocupados relativamente baixa, o Rio de Janeiro é o segundo estado com a maior produtividade do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal (DF), onde, devido às singularidades inerentes à condição de capital do país e ao tamanho limitado de seu mercado de trabalho, tais características são exacerbadas. São Paulo (SP) vem logo a seguir, com a terceira maior produtividade, de R\$ 58 mil. Todavia, o ERJ só está à frente de SP por conta do desempenho da indústria extrativa.

O produto por trabalhador é elevado em praticamente todos os setores no ERJ: o estado detém a mais alta produtividade do país na indústria extrativa, de R\$ 932 mil; e a terceira maior na indústria de transformação (Amazonas e SP ocupam, respectivamente, os primeiros lugares), no comércio (DF e SP estão à frente) e nos serviços (SP e DF, mais uma vez, aparecem como os estados mais produtivos). Além disso, o ERJ ocupa a quarta posição no *ranking* da produtividade do trabalho na construção civil, liderado por DF, SP e Santa Catarina. O estado é também o nono mais produtivo na agropecuária, em função sobretudo do baixo número de ocupados no setor. Cabe mencionar que a produtividade da agropecuária no Centro-Oeste está num nível bastante acima do registrado no restante do país.

O ERJ não apresenta bom desempenho nos SIUP. A produtividade do trabalho nesse setor é bastante elevada e varia de R\$ 55 mil, em Roraima, a R\$ 646 mil, em Santa Catarina. Diversos estados nordestinos estão entre os mais produtivos nos SIUP. O Estado do Rio de Janeiro tem a oitava menor produtividade no setor (R\$ 153 mil), à frente, não obstante, do DF e do Espírito Santo.

TABELA 1 | PRODUTIVIDADE DO TRABALHO* NOS ESTADOS BRASILEIROS EM MILHARES DE R\$ - 2012 (ORDENAÇÃO DECRESCENTE SEGUNDO O TOTAL DOS SETORES) FONTE: IETS com base nos dados do

IBGE. NOTA: *Razão entre o valor adicionado a preços básicos e o número de ocupados. **Serviços industriais de utilidade pública.

	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA EXTRATIVA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SIUP**	SERVIÇOS	TOTAL
Distrito Federal	29	79	39	54	209	106	25	137
Rio de Janeiro	17	972	46	30	135	153	21	66
São Paulo	29	189	47	33	155	290	25	58
Mato Grosso	64	24	40	28	54	229	14	52
Espírito Santo	17	797	38	29	67	59	14	50
Santa Catarina	16	152	36	32	86	646	19	47
Amapá	13	20	25	17	51	97	10	45
Rio Grande do Sul	19	28	44	23	86	249	19	44
Paraná	28	103	33	24	82	230	16	42
Roraima	9	11	11	29	39	55	10	42
Mato Grosso do Sul	40	190	39	25	57	219	12	41
Amazonas	12	421	68	22	52	159	13	38
Minas Gerais	16	224	39	23	76	220	15	38
Goiás	40	118	35	24	55	375	13	37
Rondônia	23	25	21	30	33	64	10	34
Tocantins	15	57	18	21	39	566	10	31
Acre	16	9	11	23	37	80	8	30
Pernambuco	4	29	26	25	50	330	13	30
Sergipe	4	288	19	24	37	346	10	28
Rio Grande do Norte	5	155	12	21	37	95	11	27
Pará	7	521	12	17	33	228	8	26
Alagoas	4	599	39	18	39	316	9	24
Bahia	6	259	31	19	43	310	12	24
Paraíba	4	91	18	13	31	538	8	24
Ceará	3	61	15	19	42	386	11	22
Maranhão	7	144	21	15	32	223	9	20
Piauí	2	27	12	12	28	307	8	16

A seguir, examinaremos a produtividade setorial nos pequenos negócios fluminenses. Analisaremos também, para efeito de comparação, a produtividade do trabalho nas médias e grandes empresas (MGE) e nos demais estados brasileiros. Como as Contas Regionais não permitem uma desagregação por tamanho do estabelecimento e a RAIS não contém informações sobre o valor adicionado, usaremos o salário recebido por uma hora de trabalho no lugar do produto por trabalhador. Para testarmos a qualidade dessa aproximação, calculamos o coeficiente de correlação⁵ entre esses indicadores para os estados brasileiros em 2012 e constatamos que eles são fortemente correlacionados ($\rho=0,9$).

5. O coeficiente de correlação (ρ) mede a força e a direção em que duas ou mais variáveis estão associadas. Ele vai de -1 a 1, e quanto mais próximo de zero menor é a relação existente entre elas. Um sinal positivo indica que se movem juntas; e um sinal negativo, que vão em direções opostas.

PRODUTIVIDADE SETORIAL DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS FLUMINENSES

A produtividade do trabalho nos pequenos negócios, aproximada pelo salário-hora dos empregados formais, é inferior à verificada nas MGE em todos os setores, com exceção dos SIUP em oito estados (São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive) e da agropecuária no Acre, embora, nesse caso, a diferença seja muito pequena. Os maiores diferenciais de remuneração por tamanho do estabelecimento estão na indústria extrativa e os menores, no comércio. Nos SIUP, há uma grande variação: se, por um lado, as micro e pequenas empresas são mais produtivas em alguns estados, a produtividade nos empreendimentos de maior porte é mais de duas vezes superior à registrada nos pequenos negócios, em Roraima, e quatro vezes, no Acre. O Distrito Federal aparece entre os estados com maiores diferenciais em quatro setores (não há MGE na indústria extrativa no DF); o ERJ, em três.

AGROPECUÁRIA

O salário-hora recebido pelos trabalhadores nos pequenos negócios agropecuários no Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 5,4, é relativamente baixo: é inferior à média nacional e só ultrapassa o registrado em estados nordestinos, além do Acre e do Espírito Santo (Tabela 2). O salário-hora nas MGE fluminenses no setor, de R\$ 7,7, tampouco é alto, de modo que o diferencial entre a remuneração nos estabelecimentos de menor e maior porte no ERJ não figura entre os mais expressivos.

Mato Grosso desponta como o estado mais produtivo no setor quando consideradas as MPE, com um salário-hora de R\$ 8,1; o DF ocupa o mesmo posto no tocante às MGE, que pagam R\$ 23,5 por hora trabalhada – os empregados em estabelecimentos agropecuários de menor porte ganham pouco mais do que $\frac{1}{4}$ disso, o maior diferencial de salários do país. No Acre, por outro lado, a produtividade do trabalho nas MPE é ligeiramente superior. Quem trabalha com agropecuária no Sergipe recebe os salários mais baixos do Brasil, independentemente do tamanho do estabelecimento.

TABELA 2 | SALÁRIO-HORA NA AGROPECUÁRIA POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 6,3	-	R\$ 8,4	-	34%	-
Rondônia	R\$ 6,1	12	R\$ 7,5	17	23%	20
Acre	R\$ 5,1	21	R\$ 5,0	26	-1%	27
Amazonas	R\$ 6,3	10	R\$ 9,7	6	53%	5
Roraima	R\$ 6,8	3	R\$ 9,2	7	35%	12
Pará	R\$ 5,6	16	R\$ 7,9	14	41%	9
Amapá	R\$ 5,3	20	R\$ 10,0	4	90%	2
Tocantins	R\$ 6,1	13	R\$ 7,8	15	28%	15
Maranhão	R\$ 5,9	14	R\$ 7,1	18	21%	22
Piauí	R\$ 6,5	8	R\$ 9,0	9	38%	10
Ceará	R\$ 4,7	26	R\$ 5,8	23	23%	18
Rio Grande do Norte	R\$ 5,3	18	R\$ 5,7	25	7%	26
Paraíba	R\$ 5,1	22	R\$ 6,2	21	24%	17
Pernambuco	R\$ 4,8	25	R\$ 5,8	24	21%	23
Alagoas	R\$ 4,9	24	R\$ 6,0	22	23%	19
Sergipe	R\$ 4,3	27	R\$ 4,8	27	12%	25
Bahia	R\$ 5,3	19	R\$ 6,7	20	26%	16
Minas Gerais	R\$ 5,6	15	R\$ 8,0	13	43%	7
Espírito Santo	R\$ 5,0	23	R\$ 8,8	11	76%	3
Rio de Janeiro	R\$ 5,4	17	R\$ 7,7	16	41%	8
São Paulo	R\$ 6,8	6	R\$ 9,0	8	34%	13
Paraná	R\$ 6,8	5	R\$ 8,2	12	22%	21
Santa Catarina	R\$ 6,3	11	R\$ 7,0	19	12%	24
Rio Grande do Sul	R\$ 6,8	4	R\$ 8,9	10	32%	14
Mato Grosso do Sul	R\$ 6,6	7	R\$ 10,4	3	56%	4
Mato Grosso	R\$ 8,1	1	R\$ 11,6	2	44%	6
Goiás	R\$ 7,2	2	R\$ 10,0	5	38%	11
Distrito Federal	R\$ 6,3	9	R\$ 23,5	1	273%	1

INDÚSTRIA EXTRATIVA

Assim como na seção anterior, em que os dados apresentados contemplavam todos os estabelecimentos, as MPE fluminenses da indústria extrativa – que pagam um salário-hora de R\$ 26,2 – são as mais produtivas do país. Com relação às MGE, entretanto, a Tabela 3 nos mostra que a liderança no setor cabe ao Amazonas (salário-hora de R\$ 77,2), embora seguido de perto pelo ERJ (R\$ 75,1).

A produtividade na indústria extrativa é particularmente baixa nas MPE piauienses e nos estabelecimentos de maior porte de Rondônia, onde se observa o menor diferencial de rendimentos entre os estados brasileiros. Em Alagoas, em que as MGE pagam R\$ 74 por hora trabalhada, a terceira maior remuneração entre os estabelecimentos de tal porte no Brasil, os trabalhadores nas MPE recebem menos de 1/5 desse salário. No ERJ, o diferencial de produtividade é mediano em relação aos observados no restante do país.

TABELA 3 | SALÁRIO-HORA NA INDÚSTRIA EXTRATIVA POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 12,0	-	R\$ 40,4	-	235%	-
Rondônia	R\$ 8,0	22	R\$ 10,4	24	30%	24
Acre	R\$ 6,8	26	-	-	-	-
Amazonas	R\$ 26,1	2	R\$ 77,2	1	196%	8
Roraima	R\$ 7,6	23	-	-	-	-
Pará	R\$ 15,4	4	R\$ 28,8	10	87%	18
Amapá	R\$ 10,6	11	R\$ 20,1	15	90%	17
Tocantins	R\$ 8,1	21	R\$ 19,8	16	145%	12
Maranhão	R\$ 8,6	20	R\$ 32,1	8	272%	4
Piauí	R\$ 6,4	27	R\$ 14,3	22	125%	14
Ceará	R\$ 6,8	25	R\$ 26,1	12	283%	3
Rio Grande do Norte	R\$ 9,3	17	R\$ 32,2	7	248%	5
Paraíba	R\$ 6,8	24	R\$ 22,7	13	232%	6
Pernambuco	R\$ 9,2	18	R\$ 26,1	11	185%	11
Alagoas	R\$ 13,2	7	R\$ 74,0	3	463%	1
Sergipe	R\$ 18,8	3	R\$ 55,3	4	194%	9
Bahia	R\$ 13,5	6	R\$ 42,4	6	213%	7
Minas Gerais	R\$ 10,4	14	R\$ 22,0	14	110%	15
Espírito Santo	R\$ 10,5	13	R\$ 45,2	5	332%	2
Rio de Janeiro	R\$ 26,2	1	R\$ 75,1	2	187%	10
São Paulo	R\$ 12,6	8	R\$ 30,2	9	140%	13
Paraná	R\$ 8,6	19	R\$ 14,4	21	66%	21
Santa Catarina	R\$ 12,4	9	R\$ 17,2	20	38%	23
Rio Grande do Sul	R\$ 9,3	16	R\$ 13,7	23	47%	22
Mato Grosso do Sul	R\$ 10,5	12	R\$ 18,5	19	77%	20
Mato Grosso	R\$ 10,6	10	R\$ 19,3	18	82%	19
Goiás	R\$ 9,9	15	R\$ 19,8	17	100%	16
Distrito Federal	R\$ 14,8	5	-	-	-	-

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A produtividade fluminense na indústria de transformação é bastante satisfatória de maneira geral, ao menos quando contrastada com a registrada nos demais estados brasileiros. De acordo com a Tabela 4, os trabalhadores nas MPE do setor no ERJ recebem o segundo maior salário-hora do país, de R\$ 8,5, inferior apenas ao auferido em São Paulo (R\$ 9,8). As MGE da indústria de transformação no estado, por sua vez, são as mais produtivas do Brasil, a julgar pela remuneração de R\$ 20,5 por hora trabalhada. Contudo, o alto nível dos salários nos estabelecimentos fluminenses médios e grandes se reflete num elevado diferencial em relação aos rendimentos pagos nas empresas de menor porte (141%), superando o de todos os outros estados.

Os estados onde a produtividade da indústria de transformação é mais baixa são, em sua maioria, nordestinos, tanto nas MPE quanto nas MGE. Porém, o menor salário-hora do setor nos estabelecimentos de maior porte é verificado no Ceará e em Roraima, que apresenta, não por acaso, diferencial de remuneração inferior ao registrado em todo o Brasil, junto com Alagoas. Cabe destacar a alta produtividade das MPE do setor na média brasileira (salário-hora de R\$ 8, acima do observado em todo o país, salvo SP, ERJ e DF), o que possivelmente é explicado pela predominância de estabelecimentos paulistas.

TABELA 4 | SALÁRIO-HORA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 8,0	-	R\$ 13,6	-	70%	-
Rondônia	R\$ 6,2	15	R\$ 7,6	20	22%	24
Acre	R\$ 5,7	21	R\$ 7,3	21	28%	23
Amazonas	R\$ 7,7	6	R\$ 10,8	8	41%	15
Roraima	R\$ 5,7	20	R\$ 6,6	27	15%	26
Pará	R\$ 6,1	16	R\$ 9,3	16	52%	11
Amapá	R\$ 5,5	22	R\$ 8,8	18	59%	8
Tocantins	R\$ 6,1	18	R\$ 8,3	19	36%	18
Maranhão	R\$ 6,3	14	R\$ 10,8	9	71%	7
Piauí	R\$ 5,0	27	R\$ 6,9	23	38%	17
Ceará	R\$ 5,0	25	R\$ 6,6	26	32%	22
Rio Grande do Norte	R\$ 5,1	24	R\$ 7,2	22	41%	14
Paraíba	R\$ 5,0	26	R\$ 6,6	25	33%	20
Pernambuco	R\$ 6,1	17	R\$ 9,4	15	54%	9
Alagoas	R\$ 5,9	19	R\$ 6,8	24	15%	27
Sergipe	R\$ 5,2	23	R\$ 9,7	13	85%	3
Bahia	R\$ 6,7	11	R\$ 12,9	3	94%	2
Minas Gerais	R\$ 6,6	12	R\$ 11,7	6	78%	5
Espírito Santo	R\$ 6,9	10	R\$ 12,3	4	78%	6
Rio de Janeiro	R\$ 8,5	2	R\$ 20,5	1	141%	1
São Paulo	R\$ 9,8	1	R\$ 17,5	2	79%	4
Paraná	R\$ 7,6	7	R\$ 11,3	7	50%	12
Santa Catarina	R\$ 7,7	5	R\$ 10,3	11	34%	19
Rio Grande do Sul	R\$ 7,9	4	R\$ 11,8	5	49%	13
Mato Grosso do Sul	R\$ 6,9	9	R\$ 9,6	14	39%	16
Mato Grosso	R\$ 7,3	8	R\$ 8,9	17	22%	25
Goiás	R\$ 6,5	13	R\$ 10,0	12	54%	10
Distrito Federal	R\$ 8,1	3	R\$ 10,8	10	32%	21

CONSTRUÇÃO CIVIL

Apesar da queda na produtividade da construção civil fluminense mencionada anteriormente (Gráfico 2), o desempenho do Rio de Janeiro, em comparação com o dos demais estados brasilei-

ros, é positivo, em especial nas MPE, conforme mostra a Tabela 5. O estado ocupa a primeira posição no *ranking* de salários-hora pagos pelos estabelecimentos de menor porte do setor, com uma remuneração de R\$ 9,6. No que diz respeito às MGE, o RJ é o quarto mais produtivo do país (salário-hora de R\$ 13), atrás de Distrito Federal (R\$ 14) e Rondônia (R\$ 13,6) e quase empatado com São Paulo (R\$ 13,1). A produtividade nas MPE fluminenses corresponde a cerca de 3/4 da registrada nos estabelecimentos de maior porte, um diferencial não muito expressivo à luz dos verificados nos outros estados.

Novamente, estados nordestinos e, em menor escala, nortistas respondem pelos menores salários-hora no setor, independentemente do tamanho dos estabelecimentos. Destacam-se Paraíba (PB) e Piauí (PI), os menos produtivos do Brasil, com remuneração por hora trabalhada de cerca de R\$ 6, exceto nas MGE na PB. No PI, os estabelecimentos de maior porte na construção civil pagam praticamente o mesmo que as MPE (diferencial de 1%). Por outro lado, em Rondônia, a produtividade nos primeiros é quase o dobro da registrada nos segundos, de R\$ 7,1.

TABELA 5 | SALÁRIO-HORA NA CONSTRUÇÃO CIVIL POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 7,8	-	R\$ 11,4	-	45%	-
Rondônia	R\$ 7,1	15	R\$ 13,6	2	93%	1
Acre	R\$ 6,1	24	R\$ 7,7	23	26%	20
Amazonas	R\$ 7,3	10	R\$ 9,8	14	34%	13
Roraima	R\$ 6,7	18	R\$ 7,1	25	6%	25
Pará	R\$ 6,8	17	R\$ 11,3	8	66%	3
Amapá	R\$ 6,1	25	R\$ 7,8	22	29%	18
Tocantins	R\$ 7,2	11	R\$ 7,7	24	6%	26
Maranhão	R\$ 6,7	19	R\$ 8,2	19	22%	22
Piauí	R\$ 6,0	26	R\$ 6,1	27	1%	27
Ceará	R\$ 6,7	20	R\$ 8,7	17	31%	16
Rio Grande do Norte	R\$ 6,4	21	R\$ 7,8	21	22%	23
Paraíba	R\$ 5,9	27	R\$ 6,8	26	16%	24
Pernambuco	R\$ 7,1	13	R\$ 11,1	9	55%	7
Alagoas	R\$ 6,2	22	R\$ 7,9	20	29%	17
Sergipe	R\$ 6,1	23	R\$ 8,3	18	35%	12
Bahia	R\$ 7,3	9	R\$ 9,8	13	34%	14
Minas Gerais	R\$ 7,1	14	R\$ 10,7	10	50%	8
Espírito Santo	R\$ 7,2	12	R\$ 9,6	15	34%	15
Rio de Janeiro	R\$ 9,6	1	R\$ 13,0	4	35%	10
São Paulo	R\$ 9,0	2	R\$ 13,1	3	45%	9
Paraná	R\$ 7,8	5	R\$ 10,5	11	35%	11
Santa Catarina	R\$ 7,6	6	R\$ 9,4	16	23%	21
Rio Grande do Sul	R\$ 7,4	8	R\$ 11,9	7	60%	5
Mato Grosso do Sul	R\$ 6,9	16	R\$ 12,1	5	75%	2
Mato Grosso	R\$ 7,6	7	R\$ 12,0	6	58%	6
Goiás	R\$ 8,0	4	R\$ 10,2	12	27%	19
Distrito Federal	R\$ 8,6	3	R\$ 14,0	1	61%	4

COMÉRCIO

Os estabelecimentos comerciais de menor porte no Estado do Rio de Janeiro são relativamente pouco produtivos, segundo os dados apresentados na Tabela 6. As MPE fluminenses no setor têm apenas a oitava maior produtividade do Brasil e pagam R\$ 6,5 por hora trabalhada, um salário inferior ao observado na média do país, de R\$ 6,8.

Contudo, vale ressaltar que o estado está à frente do Espírito Santo (salário-hora de Brasil, R\$ 6,4) e de Minas Gerais (R\$ 5,9). Embora as MGE do comércio no ERJ também remunerem abaixo da média brasileira (R\$ 9,7 e R\$ 9,9 por hora de trabalho, respectivamente), apenas os estabelecimentos de maior porte paulistas, que influenciam fortemente o resultado nacional, são mais produtivos do que os fluminenses, com uma remuneração de R\$ 12,9.

TABELA 6 | SALÁRIO-HORA NO COMÉRCIO POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 6,8	-	R\$ 9,9	-	45%	-
Rondônia	R\$ 6,3	11	R\$ 8,1	12	28%	14
Acre	R\$ 5,9	15	R\$ 6,9	20	17%	24
Amazonas	R\$ 6,2	13	R\$ 8,1	11	32%	8
Roraima	R\$ 5,8	17	R\$ 6,4	26	9%	27
Pará	R\$ 6,0	14	R\$ 7,2	18	21%	20
Amapá	R\$ 5,7	18	R\$ 6,6	24	15%	26
Tocantins	R\$ 6,2	12	R\$ 7,2	19	16%	25
Maranhão	R\$ 5,4	22	R\$ 7,3	17	35%	6
Piauí	R\$ 5,1	26	R\$ 6,7	22	30%	10
Ceará	R\$ 5,1	27	R\$ 6,6	23	31%	9
Rio Grande do Norte	R\$ 5,3	23	R\$ 6,6	25	24%	16
Paraíba	R\$ 5,2	24	R\$ 6,7	21	29%	12
Pernambuco	R\$ 5,6	19	R\$ 8,3	9	47%	3
Alagoas	R\$ 5,2	25	R\$ 6,2	27	19%	22
Sergipe	R\$ 5,5	21	R\$ 7,6	16	38%	5
Bahia	R\$ 5,5	20	R\$ 7,8	14	41%	4
Minas Gerais	R\$ 5,9	16	R\$ 7,9	13	33%	7
Espírito Santo	R\$ 6,4	10	R\$ 7,7	15	20%	21
Rio de Janeiro	R\$ 6,5	9	R\$ 9,7	2	49%	2
São Paulo	R\$ 8,0	1	R\$ 12,9	1	62%	1
Paraná	R\$ 7,3	3	R\$ 9,4	3	29%	13
Santa Catarina	R\$ 7,6	2	R\$ 8,9	5	18%	23
Rio Grande do Sul	R\$ 7,1	5	R\$ 9,0	4	26%	15
Mato Grosso do Sul	R\$ 6,8	7	R\$ 8,2	10	21%	19
Mato Grosso	R\$ 7,2	4	R\$ 8,8	6	23%	17
Goiás	R\$ 6,5	8	R\$ 8,5	8	29%	11
Distrito Federal	R\$ 7,0	6	R\$ 8,6	7	22%	18

Assim, o ERJ detém o segundo maior diferencial de salários por tamanho das empresas no comércio (o primeiro pertence a SP): os trabalhadores em empreendimentos de médio e grande porte recebem quase 50% a mais do que os empregados nos pequenos negócios. Em Roraima, em contrapartida, a diferença entre a produtividade dos estabelecimentos comerciais menores e maiores não chega a 10%. Por fim, mais uma vez, os estados nordestinos são maioria entre os menos produtivos do país.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA (SIUP)

Ao contrário do que ocorre no comércio, as MPE de SIUP no Estado do Rio de Janeiro são razoavelmente produtivas em comparação com os demais estados brasileiros, enquanto as MGE, não (Tabela 7). Desse modo, o salário-hora nos estabelecimentos de menor porte que realizam SIUP no ERJ, de R\$ 22,7, só é inferior ao verificado no DF (R\$ 26,1) e em Rondônia (R\$ 26), estando acima da média brasileira. Em compensação, tomando-se os empreendimentos do setor com maior número de empregados, a produtividade no ERJ (salário-hora de R\$ 19) é menor do que a nacional (R\$ 20,1) e a observada em 16 estados.

TABELA 7 | SALÁRIO-HORA NOS SIUP* POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE. NOTA: *Serviços industriais de utilidade pública.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 18,5	-	R\$ 20,1	-	8%	-
Rondônia	R\$ 26,0	2	R\$ 31,3	2	21%	10
Acre	R\$ 5,9	27	R\$ 30,9	3	421%	1
Amazonas	R\$ 22,3	6	R\$ 23,4	10	5%	19
Roraima	R\$ 8,0	26	R\$ 30,6	4	284%	2
Pará	R\$ 18,9	12	R\$ 20,9	14	11%	15
Amapá	R\$ 18,8	14	R\$ 25,9	5	38%	7
Tocantins	R\$ 22,4	5	R\$ 14,8	25	-34%	26
Maranhão	R\$ 18,8	13	R\$ 23,0	11	22%	9
Piauí	R\$ 20,2	9	R\$ 25,7	6	27%	8
Ceará	R\$ 17,6	17	R\$ 19,9	16	13%	13
Rio Grande do Norte	R\$ 15,5	22	R\$ 15,5	23	-1%	20
Paraíba	R\$ 12,9	24	R\$ 15,2	24	17%	11
Pernambuco	R\$ 17,9	15	R\$ 16,4	21	-8%	21
Alagoas	R\$ 19,9	10	R\$ 16,0	22	-20%	25
Sergipe	R\$ 22,5	4	R\$ 14,7	26	-35%	27
Bahia	R\$ 17,5	18	R\$ 18,4	18	5%	18
Minas Gerais	R\$ 13,6	23	R\$ 21,1	13	55%	6
Espírito Santo	R\$ 16,7	19	R\$ 13,5	27	-19%	24
Rio de Janeiro	R\$ 22,7	3	R\$ 19,0	17	-16%	23
São Paulo	R\$ 19,1	11	R\$ 17,1	20	-10%	22
Paraná	R\$ 12,0	25	R\$ 24,6	8	105%	3
Santa Catarina	R\$ 16,1	21	R\$ 25,3	7	57%	5
Rio Grande do Sul	R\$ 20,5	8	R\$ 21,6	12	6%	17
Mato Grosso do Sul	R\$ 17,7	16	R\$ 20,5	15	16%	12
Mato Grosso	R\$ 16,1	20	R\$ 17,9	19	11%	14
Goiás	R\$ 22,0	7	R\$ 23,7	9	8%	16
Distrito Federal	R\$ 26,1	1	R\$ 47,3	1	81%	4

A produtividade nos SIUP segue um padrão diferente do verificado nos outros setores de atividade. Primeiramente, alguns poucos estados do Sul e do Sudeste aparecem entre os que apresentam os menores níveis de remuneração do país. Em especial, as MGE do Espírito Santo são as menos produtivas do Brasil, com um salário de R\$ 13,5 por hora trabalhada. Ademais, os diferenciais de rendimentos variam substancialmente: no Acre, a produtividade do trabalho nos estabelecimentos de maior porte no setor é 421% maior do que a observada nas MPE; todavia, em oito estados (inclusive no ERJ), os micro e pequenos empreendimentos são mais produtivos do que aqueles que contam com maior número de empregados.

SERVIÇOS

A produtividade dos estabelecimentos fluminenses no setor de serviços não chega a saltar aos olhos, mas também não deixa a desejar, como pode ser visto na Tabela 8. Enquanto o salário-hora nas MGE prestadoras de serviços, de R\$ 16, é inferior apenas ao observado no Distrito Federal, de R\$ 20,8, a remuneração paga pelas MPE (R\$ 9,1), além de estar abaixo da registrada no DF (R\$ 9,7), é menor também do que a observada em São Paulo (R\$ 10,3) e no Rio Grande do Sul (R\$ 9,4), aproximando-se da média brasileira (R\$ 9). Não obstante, a produtividade dos estabelecimentos fluminenses de ambos os portes que atuam no setor ultrapassa a nacional.

TABELA 8 | SALÁRIO-HORA NOS SERVIÇOS POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2013 FONTE:

IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

	PEQUENOS NEGÓCIOS (A)		MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS (B)		DIFERENCIAL (B)/(A)-1	
	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING	VALOR	RANKING
Brasil	R\$ 9,0	-	R\$ 14,3	-	60%	-
Rondônia	R\$ 7,7	18	R\$ 12,6	12	64%	9
Acre	R\$ 8,1	12	R\$ 10,9	21	35%	26
Amazonas	R\$ 8,5	9	R\$ 11,5	19	36%	25
Roraima	R\$ 8,6	8	R\$ 13,5	8	57%	12
Pará	R\$ 8,2	10	R\$ 12,4	14	52%	15
Amapá	R\$ 7,6	19	R\$ 10,4	25	37%	24
Tocantins	R\$ 7,9	15	R\$ 14,3	6	81%	3
Maranhão	R\$ 7,8	17	R\$ 10,0	26	29%	27
Piauí	R\$ 7,2	23	R\$ 12,1	18	67%	6
Ceará	R\$ 7,0	26	R\$ 10,7	22	54%	14
Rio Grande do Norte	R\$ 7,0	25	R\$ 12,4	15	77%	4
Paraíba	R\$ 7,0	24	R\$ 14,8	5	111%	2
Pernambuco	R\$ 7,4	21	R\$ 10,7	23	44%	20
Alagoas	R\$ 6,9	27	R\$ 9,9	27	44%	21
Sergipe	R\$ 7,3	22	R\$ 12,1	17	66%	7
Bahia	R\$ 7,5	20	R\$ 10,6	24	41%	22
Minas Gerais	R\$ 7,8	16	R\$ 12,7	11	62%	10
Espírito Santo	R\$ 8,1	11	R\$ 12,5	13	55%	13
Rio de Janeiro	R\$ 9,1	4	R\$ 16,0	2	77%	5
São Paulo	R\$ 10,3	1	R\$ 15,5	4	50%	17
Paraná	R\$ 8,9	6	R\$ 14,3	7	60%	11
Santa Catarina	R\$ 9,1	5	R\$ 13,1	9	45%	19
Rio Grande do Sul	R\$ 9,4	3	R\$ 15,6	3	65%	8
Mato Grosso do Sul	R\$ 8,0	14	R\$ 12,1	16	52%	16
Mato Grosso	R\$ 8,6	7	R\$ 12,9	10	49%	18
Goiás	R\$ 8,1	13	R\$ 11,3	20	40%	23
Distrito Federal	R\$ 9,7	2	R\$ 20,8	1	116%	1

Assim como em outros setores de atividade, as empresas nordestinas são pouco produtivas na prestação de serviços. Quem trabalha em Alagoas recebe o menor salário do país, seja nas MPE, em que a remuneração por hora trabalhada equivale a R\$ 6,9, seja nas MGE, que pagam R\$ 9,9 a seus empregados. Os diferenciais de rendimentos variam de 116%, no DF (onde os salários nivelados por cima não impedem que haja uma grande diferença entre a produtividade de estabelecimentos com menor e maior número de trabalhadores), a 29%, no Maranhão. O Estado do Rio de Janeiro tem o quinto maior diferencial de produtividade do Brasil, de 77%.

EM RESUMO

O aumento da produtividade do trabalho se apresenta como uma das poucas saídas viáveis para revertermos o quadro atual de retração da atividade econômica e construirmos uma nova trajetória de crescimento no longo prazo para o Brasil. A produtividade brasileira não somente é baixa em termos internacionais como vem subindo lentamente nos últimos anos, após duas décadas de estagnação.

A análise setorial para o Brasil revela que o incremento na produtividade no período recente não ocorreu de forma generalizada na economia. Assim, embora a maior parte dos setores de atividade tenha contribuído para essa elevação, com destaque para a indústria extrativa, a produtividade da construção civil e da indústria de transformação caiu entre 2004 e 2012.

O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, o segundo estado mais produtivo do país, atrás apenas do DF – de forma geral, o produto por trabalhador no ERJ é superior ao nacional. São Paulo está em terceiro lugar, mas ganha do Rio de Janeiro em todos os setores, com exceção da indústria extrativa.

A produtividade fluminense é particularmente elevada na indústria extrativa e baixa na agropecuária, embora o ERJ não esteja sozinho no que diz respeito a esta última. Na comparação com os demais estados brasileiros, o produto por trabalhador no Estado do Rio de Janeiro tem desempenho negativo nos SIUP.

Para analisar a produtividade nas MPE, utilizamos o salário-hora calculado através das informações provenientes da RAIS. É importante ter em mente, entretanto, que essa base de dados só contempla as empresas e os empregados formais. Assim, pode haver algum viés nas estimativas – por exemplo, é possível que os trabalhadores formais sejam mais produtivos, de modo que estados com maior proporção de empregados informais tenham pior desempenho quando todos os ocupados são considerados, como acontece nos dados do IBGE.

De forma geral, a produtividade do trabalho nas MPE, medida pelo salário-hora, é menor que a registrada nas MGE em todos os setores e estados. As exceções estão nos SIUP em oito estados, entre eles o Rio de Janeiro.

A produtividade nos estabelecimentos agropecuários de menor porte no Estado do Rio de Janeiro é relativamente baixa e inferior à média nacional. Não obstante, o diferencial com relação às MGE não está entre os mais expressivos do Brasil. As MPE fluminenses na indústria

extrativa são as mais produtivas do país e entre todos os setores analisados. Seu salário-hora, de R\$ 26,2, equivale a R\$ 4,2 mil mensais, se considerarmos uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. O diferencial de produtividade em relação aos empreendimentos com maior número de empregados é o maior de todos os setores, mas é mediano entre os estados.

Os trabalhadores nas MPE fluminenses na indústria de transformação são altamente produtivos em relação ao restante do país e recebem um salário-hora inferior apenas ao auferido em São Paulo. Entretanto, o alto nível de produtividade dos estabelecimentos de maior porte no ERJ (a maior do Brasil) se reflete num elevado diferencial, que supera o de todos os outros estados. Na construção civil, o ERJ lidera o *ranking* de produtividade nas MPE. Além disso, apesar de o salário-hora nos micro e pequenos empreendimentos fluminenses ser $\frac{3}{4}$ do pago pelas MGE, essa proporção é baixa, tendo em vista a observada nos demais estados.

Os estabelecimentos comerciais de menor porte no ERJ são menos produtivos do que nos outros estados, porém mais do que no Espírito Santo e em Minas Gerais, por exemplo. Ademais, o estado apresenta o segundo maior diferencial de produtividade do país – o primeiro lugar pertence a SP. Já no tocante aos SIUP, as MPE fluminenses são razoavelmente produtivas (perdem somente para as do DF e de Rondônia), mais até do que as MGE. Isso não acontece só no ERJ; na realidade, os SIUP são o único setor em que a relação positiva entre tamanho do estabelecimento e produtividade não é válida no geral. Por fim, os empreendimentos fluminenses prestadores de serviços com maior número de empregados são mais produtivos do que os de menor porte, em que o salário-hora é apenas ligeiramente superior ao da média brasileira, e essa distância no Rio de Janeiro é a quinta maior entre os estados.

Em suma, as micro e pequenas empresas fluminenses se destacam na construção civil, na indústria extrativa e de transformação e nos SIUP com maior ou segundo maior nível de produtividade do trabalho entre os estados brasileiros. No entanto, nos setores de comércio e de serviços, com maior presença de pequenos negócios, o Rio de Janeiro não está tão bem posicionado no *ranking* nacional, com menor produtividade relativa das MPE.

E MAIS...

- A taxa de desocupação, embora venha aumentando, ainda se mantém em níveis razoáveis: segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, o percentual de pessoas que não encontram um emprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) atingiu 5,7% em julho de 2015, frente a 3,6% no mesmo mês do ano anterior e 5,2% em junho.
- A RMRJ, que vinha registrando altas substanciais no Índice de Preços ao Consumidor Amplo, também do IBGE, deixou, em agosto, o grupo das regiões metropolitanas cuja inflação no acumulado dos últimos 12 meses tem dois dígitos, já que ficou na marca de 9,7%.